

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO COMPARTILHADA DO CRESOL NO MARANHÃO

Simone dos Santos Sousa<sup>1</sup>  
Marcio Aleandro Correia Teixeira<sup>2</sup>  
Gárdina Lima<sup>3</sup>  
Ludymilla de Kassia Nogueira<sup>4</sup>  
Francimara Lobato Picanço Albuquerque<sup>5</sup>

### RESUMO

Esse trabalho analisa a experiência de gestão compartilhada do Centro Estadual de Referência em Economia Solidária (CRESOL). Este é uma expressão da ação da política pública de economia solidária com viés inovador, se distinguindo da maioria dos centros públicos de economia solidária pela ausência de articulação público-privada em sua gestão. Experiência que tem transformado a realidade dos sujeitos envolvidos, permitindo reconhecimento e valorização dos seus trabalhos e ainda maior visibilidade para a economia solidária no Maranhão. Pautados no acompanhamento e observação junto a esses grupos descreve-se um dos principais desafios para os empreendimentos envolvidos, a articulação de suas ações com o poder público, sem perder a sua identidade coletiva e reivindicatória. Identifica-se na atual conjuntura da política nacional abertura para diálogos e reestruturação da política pública de economia solidária, bem como a retomada da articulação dos movimentos sociais e EES para tornar o CRESOL uma política de Estado consolidada.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Gestão Compartilhada. CRESOL.

### ABSTRACT

This paper analyzes the shared management experience of the State Reference Center for Solidarity Economy (CRESOL). This is an expression of the action of the solidarity economy public policy with an innovative bias, distinguishing itself from most public solidarity economy centers due to the absence of public-private articulation in its management. This experience has transformed the reality of the subjects involved, allowing recognition and appreciation of their work and even greater visibility for the solidary economy in Maranhão. Based on monitoring and observation with these groups, one of the main challenges for the involved enterprises, is described the articulation of their actions with the public power, without losing their collective and contestatory identity. It is identified in the current situation of the national policy openness to dialogues and restructuring of solidary economy public policy, as well as the resumption of the social movements articulation and EES to make CRESOL a consolidated State policy.

**Keywords:** Solidary Economy. Shared Management. CRESOL.

<sup>1</sup> Pesquisadora Voluntária do Núcleo de Estudos Municipalidade e Direito - NEMUD (DGP/CNPq); Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares pelo IFPA; [symonyvida@yahoo.com.br](mailto:symonyvida@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Professor Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Direito e Afirmação de Vulneráveis – PGDIR/Ceuma, Líder do Núcleo de Estudos Municipalidade e Direito - NEMUD (DGP/CNPq); Doutor em Políticas Públicas pela UFMA; [marcio.aleandro@yahoo.com.br](mailto:marcio.aleandro@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> UEMA; Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia; [fgardinama@gmail.com](mailto:fgardinama@gmail.com).

<sup>4</sup> Bolsista do Núcleo de Estudos Municipalidade e Direito - NEMUD (DGP/CNPq); Graduada em Direito pela UNICEUMA; [ludymillanogueira2001@gmail.com](mailto:ludymillanogueira2001@gmail.com).

<sup>5</sup> AMARARTE; Bacharel em Direito pela UFPA; [francimara.lobato.p@gmail.com](mailto:francimara.lobato.p@gmail.com).

PROMOÇÃO

APOIO



## 1 INTRODUÇÃO

Na concepção do neoliberalismo, busca-se moldar todas as atividades da classe trabalhadora sob o domínio do mercado *capitalista*, de forma que para Silva e Silva (2022), não existe nenhum comprometimento com a democracia.

Logo, os movimentos democráticos se configuram enquanto uma ameaça ao livre desempenho do mercado *capitalista*, numa lógica em que o acúmulo da riqueza é associado ao desequilíbrio estrutural econômico, possibilitando uma espécie de “avanço” e “prosperidade” do mercado *capitalista*, ao custo do equilíbrio e sustentabilidade estrutural econômica, sendo possível apenas pela ruptura na formação do interesse social na esfera pública no âmbito do Estado Democrático de Direito (SILVA; SILVA, 2022).

Assim, desvaloriza os ideais solidários, humanitários e coletivos, defendendo um suposto empreendedorismo individualista em lugar de uma economia capaz de produzir oportunidades e investimentos acessíveis a cada cidadão e cidadã (SILVA; SILVA, 2022).

A Economia Solidária se fundamenta nas ações de autogestão, solidariedade, cooperação, promovendo um meio ambiente sustentável, o respeito à diversidade cultural e religiosa, expressa nos diversos momentos da formação e organização econômica, tais como: produção, circulação e consumo.

Essas ações são materializadas por inúmeras organizações solidárias, sejam associações, cooperativas, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, grupos solidários informais, bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos, redes de cooperação em cadeias produtivas e arranjos econômicos sustentáveis locais ou setoriais, bancos comunitários e fundos rotativos (BRASIL, 2022).

A materialidade destas instituições e dos movimentos sociais de família, de gênero, sindicais e de luta operária conta a história de tais contradições próprias do mercado *capitalista*, tendo sido os diversos direitos fundamentais, sociais e políticos conquistados no bojo da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e expressos na Constituição Federal de 1988, em decorrência de processos reivindicatórios de inúmeros movimentos sociais, por meio de entidades e de organizações da sociedade

### PROMOÇÃO



### APOIO

civil. Ou seja, por meio da construção democrática e materializado em conquistas históricas de acesso às políticas públicas de sustentação de uma Economia *solidária* e de uma sociedade voltada para a construção de relações sociais justa, livres e sustentáveis.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a experiência de gestão compartilhada realizada pelo Centro de Referência de Economia Solidária do Estado do Maranhão (CRESOL) articulado à Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária do Governo do Estado do Maranhão – SETRES/GOV.MA e Empreendimentos Econômicos Solidários.

O CRESOL é um espaço *multidimensional* de referência da Economia Solidária para os setores, sujeitos e interesses que compõem a economia solidária como movimento no Estado brasileiro de forma geral, e no Maranhão em particular, incluindo, gestores públicos, intelectuais, estudiosos e empreendimentos econômicos solidários. É órgão quando visto na estrutura do Estado, mas é movimento quando visto pela formação política no âmbito da sociedade civil.

Nesse sentido, no Maranhão existem aproximadamente 60 empreendimentos econômicos solidários articulados ao CRESOL. A articulação desses acontece pela Rede de Economia Solidária, formada por diversas organizações da sociedade civil formal e informal na extensão territorial do estado brasileiro, através de grupos articulados por meio de associações<sup>6</sup>, a exemplo, da Associação Mandacaru criada formalmente em 1999 e recente da Cooperativa de Empreendimentos Econômicos Solidários do Maranhão - CEESOL, fundada em 2022<sup>7</sup>.

Este trabalho pretende contar uma parte desta materialidade histórica e está dividido em cinco itens, inicialmente traz uma introdução ao contexto da *política pública* de Economia Solidária no Estado do Maranhão. Em seguida, pontua a metodologia da pesquisa, que se realiza por meio de um estudo de caso. No quarto item, aborda alguns resultados da pesquisa de campo, apresentando da matriz de gestão compartilhada do CRESOL, pautando as principais ações coletivas realizadas

<sup>6</sup> A Associação entendida nos termos do artigo 53 do Código Civil brasileiro de 2002. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

<sup>7</sup> A Política Nacional de Cooperativismo foi formalmente materializada pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, instituindo o regime jurídico das sociedades cooperativas, tendo sido recepcionado pela Constituição Federal de 1988.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

neste espaço e os desafios da construção coletiva da gestão compartilhada, e por fim, as considerações finais.

## 2 A REFORMA DE ESTADO E A FORMAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MARANHÃO

Na década de oitenta os interesses privados ligados à perspectiva neoliberal de mercado *capitalista* empreendeu esforços para reduzir o tamanho do Estado. Em face de inúmeras medidas, foi implementado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, por meio do Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, capitaneado pelo Professor Bresser-Pereira, reformas ao Estado no Brasil, operando modificações no modelo institucional de organização da administração pública do Estado brasileiro, historicamente contidos no Dec.-Lei nº 200/1967, recepcionado pela Constituição Federal de 1988.

A mudança estrutural do Estado aparece por Reformas ao Estado brasileiro na via legislativa, ainda na década de 1990, como na previsão legal das Organizações Sociais - OS, das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, da Política Nacional de Publicização - PNP e do Termo de Parceria, previstos na Lei nº 9637/1998<sup>8</sup> e Lei nº 9.790/1999<sup>9</sup>.

Esta *política pública* se articula perfeitamente ao nosso objeto de estudo, qual seja, a Política Nacional de Economia Solidária - PNES, pois, a *publicização* é mecanismo formal, capaz de oferecer autonomia para os sujeitos da economia solidária, conferindo legitimidade para atuação no âmbito do Estado.

Destarte, a Economia Solidária ganha força nos anos de 1990, quando o país passava por um contexto de grande *complexidade*, com *índices* elevados de desempregados, falências e estagnação de reformas na estrutura agrária.

É nesse cenário que trabalhadoras e trabalhadores em várias regiões do território nacional articulados aos movimentos sindicalistas se organizam para

<sup>8</sup> Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e cria o Programa Nacional de Publicização, como forma de transferência de atribuições do Serviço Público e recursos públicos para entidades da sociedade civil organizada prestar serviços de utilidade pública, ficando obrigadas a prestar contas públicas aos Tribunais de Contas.

<sup>9</sup> A lei dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e institui o Termo de Parceria.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

recuperar o controle do processo produtivo e dos meios de produção sob uma perspectiva de autogestão, solidariedade e sustentabilidade (SILVA, R., 2011).

Desde a década de 1950, no Maranhão, registrou-se intensas lutas de mulheres e trabalhadores em geral pelo livre acesso aos babaçuais e acesso à terra para (re)produzir um *modus* de vida pautado na organização coletiva e em processos democráticos e inclusivos. Movimentos ligados à igreja (católica) mobilizavam e assessoravam trabalhadores e trabalhadoras nesses processos, fomentando a auto-organização, a autonomia e a compreensão da lógica e modelo de sociedade vigente no sistema de produção capitalista.

Na década de 1980, a região do Médio Mearim Maranhense, constitui-se como um desses territórios férteis e marco histórico do surgimento de várias organizações, movimentos e articulações.

Criou-se em 1986 a Associação Comunitária em Educação, Saúde e Agricultura (ACESA) que assessorava os trabalhadores e trabalhadoras rurais em suas unidades de produção, com princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Em 1989, surge a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), com o objetivo de articular os trabalhadores e as trabalhadoras na luta pela terra e no acesso aos babaçuais, oferecendo assessoria estratégica na esfera política e na atuação técnica no âmbito do sistema produtivo familiar local.

Em 1991, surge a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), com princípios voltados para relações justas na produção, distribuição e consumo sustentável para pessoas e famílias cooperadas e não cooperadas, uma vez que esta forma organizativa colabora mesmo que indiretamente no modo de vida daqueles que não estão vinculados formalmente.

A cooperativa contribuiu com a emancipação política e econômica das quebradeiras de coco e trabalhadores, pois ancorada nos princípios da Economia Solidária a figura do patrão deixa de existir e tudo que é produzido e gerado de renda é de todos e todas que dela fazem parte.

Nesse mesmo período é fundada também a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), com o objetivo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



de articular essas mulheres em movimento político, emancipatório e voltado ao viés produtivo e econômico por meio da fabricação de sabonetes de babaçu.

Nos demais territórios maranhenses aparecem outros movimentos com os mesmos princípios e articulados nesta luta por direitos, por territórios livres, por relações justas e políticas democráticas para a produção e circulação de produtos e insumos.

Nesse contexto que o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), a Associação Agroecológica Tijupá, o Centro de Educação do Trabalhador Rural (CENTRU), a Cáritas Brasileira/Regional Maranhão e a Associação Mandacaru e outros movimentos se articularam para a criação do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão (FEES/MA) em 2003, as primeiras reuniões foram sediadas na região do Médio Mearim.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), surgiu com o propósito de fortalecer o movimento de economia solidária e aumentar o número de programas estaduais e municipais. Nesta época, a FEBS era formada por representantes de fóruns estaduais e militantes dos 26 Estados e do Distrito Federal.

No ano de 2004, acontece o Primeiro Encontro de Empreendimentos Econômicos Solidários (EEES), fortalecendo o Fórum brasileiro, possibilitando debates sobre a formulação, implementação, avaliação de políticas públicas pelo poder público e sociedade civil na consolidação democrática dos ciclos das políticas públicas para a Economia Solidária.

No contexto nacional a Economia Solidária é institucionalizada como política pública em 2003, pelo Governo do Presidente Lula, por meio da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), na época, o órgão atuava enquanto articulador das políticas do governo federal em apoio à Economia Solidária.

Em relação a política estadual, no Maranhão, a edição da Lei nº 8.524/2006, conhecida como a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária, tem como finalidade criar e consolidar os princípios e valores da Economia Solidária e apoiar o

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

processo de formalização e acompanhamento de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES.

Em dezembro de 2006 foi assinado o Decreto de criação da Secretaria Estadual de Trabalho e Economia Solidária (SETRES) e instituída em janeiro de 2007, período que também começa a funcionar, sendo essa a principal articuladora de políticas públicas de economia solidária no Estado, com o papel de atender as demandas das organizações da sociedade civil.

No contexto nacional político, o Presidente Lula constrói a sucessão para Ministra Dilma Rousseff, eleita Presidenta da República em 2010, para um governo de continuidade pelo Partido dos Trabalhadores – PT.

No Plano Plurianual (PPA) do segundo governo Dilma Rousseff (2012-2015), foi proposto uma nova sistemática de planejamento orçamentário, ao invés dos programas serem limitados a uma única unidade gestora em diferentes ministérios foram alterados para programas temáticos (SILVA, S., 2018).

As atividades do SENAES ficaram contempladas no programa temático: Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Isso possibilitou aumentar abrangência do programa, sendo concomitantemente vinculado ao Ministério da Integração Nacional - MI e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, além do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (SILVA, S., 2018).

No entanto, o governo do Partido dos Trabalhadores sofre em 2015 o *impeachment*, resultado de um *golpe* orquestrado na estrutura do Estado pelas vias formais, tendo sido o partido do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, seu principal beneficiário. Pela segunda vez na história recente, o instituto *impeachment* era acionado para extrair do poder um candidato eleito pelo poder soberano conferido pelo voto popular.

No julgamento de mérito no Senado Federal, presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, a decisão proferida determinou a perda do Mandato Eletivo, sem prejuízo dos direitos políticos da Presidenta Dilma Rousseff.

Ascende ao poder o Presidente Michel Temer que assume o cargo de Presidente da República Federativa do Brasil, impactando negativamente na articulação e consolidação da Política Nacional de Economia Solidária. Dentre os

PROMOÇÃO



APOIO

impactos, cita-se a transformação da pasta da SENAES, em uma subsecretaria, subordinada ao gabinete do Ministro do Trabalho.

Em ato contínuo, a classe trabalhadora sofre ainda mais com a eleição de Jair Bolsonaro (2019-2022), pelo Partido Liberal – PL, sendo extinto o MTE e passando à Subsecretaria de Economia Solidária no então Ministério da Cidadania, fragilizando ainda mais a política pública, que para Silva e Silva (2022) trouxe uma ótica assistencialista e de política social focalizada.

Em 2023, o voto popular devolve ao poder da Presidência da República e titularidade máxima do Poder Executivo no Brasil, para um terceiro Mandato Eletivo, o operário Luís Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores - PT, recriando a pasta da Economia Solidária, nomeando Gilberto Carvalho para o comando da pasta.

A Secretária está vinculada ao Ministério do Trabalho, que também foi recriado pelo Presidente Lula. Renovado cenário abre o campo político para a participação popular por meio dos movimentos sociais para *reestruturação* da política pública de Economia Solidária.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A experiência de gestão compartilhada do CRESOL representa um processo em construção, sendo esta pesquisa de estudo de caso, com recursos das pesquisas exploratórias, a flexibilidade e complexidade no processo de construção do problema de pesquisa e na consideração de hipóteses (FERREIRA, N., 2011).

Para Godoy (1995, p. 25) o estudo de caso tem o objetivo de “analisar intensivamente uma dada unidade social”. É um processo de investigação em que se busca compreender um tempo-espço, como realidade concreta.

Por sua vez, Gil (1999) complementa afirmando que, a pesquisa se caracteriza por ser um estudo exaustivo e intenso, com a pretensão de adquirir um conhecimento detalhado sobre determinado caso.

De modo que este trabalho é exploratório e, também, descritivo. É exploratório na medida que “[...] requer um planejamento bastante flexível para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação” (CERVO, BERVIAN e SILVA, 2007, p. 64).

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Na concepção dos autores, esse tipo de pesquisa é *orientado* para obtenção de grande volume de informações que permitam a compreensão sobre o problema ou situação estudada, mediante *evidências*.

A dimensão de pesquisa descritiva fundamenta-se na qualidade de relacionar a experiência de gestão compartilhada do Centro Estadual de Referência em Economia Solidária (CRESOL) a partir de ações e comportamentos organizacionais, com certo grau de *complexidade*, no intuito de melhor compreensão e conhecimento da questão abordada (MALHOTA, 2005; CERVO, BERVIAN e SILVA, 2007).

O processo de pesquisa sobre a necessidade de compreender a trajetória da Economia Solidária foi iniciado entre agosto de 2018 e dezembro de 2019, por meio da observação participante e da pesquisa-ação, por interação de pesquisadora do grupo de pesquisa com o objeto-empírico, iniciando o acervo de informações colhidas para a presente reflexão (PERUZZO, 2003; THIOLENT, 1986).

Deste modo, o trabalho de acompanhamento técnico-pedagógico realizado pela pesquisadora no universo do CRESOL, através da participação em Reuniões mensais, em Roda de conversas e na atuação da Gestão, ou como facilitadora em oficinas, ou ainda, como observadora participante, contribuiu decisivamente para este recorte de pesquisa e compreensão de práticas da Economia Solidária no Maranhão, tanto em sua Estrutura, como em seu Movimento Social situado nesse território Maranhão.

Em 2020, o mundo foi surpreendido, pelo fenômeno Covid-19. A vida mudou. Tudo mudou, fomos forçados a alavancar uma década de implementações técnicas e tecnológicas em pouco tempo.

Dessa maneira, entre fevereiro e abril de 2020, foram colhidas informações em documentos oficiais internos da SETRES (relatórios e banco de dados), realizou-se em formato virtual, entrevistas semiestruturadas no processo de gestão compartilhada, sendo entrevistadas a Coordenadora Estadual de Fomento à Economia Solidária e a Secretária Adjunta da SETRES e quatro representantes de Empreendimentos Econômicos Solidário articulados no CRESOL. Os critérios das entrevistadas foram definidos pela acessibilidade e pelo conhecimento de causa da questão problema.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Ademais, a análise dos dados de pesquisa teve abordagem qualitativa e quantitativa, por meio do estudo de caso, as leituras e a pesquisa exploratória, possibilitaram uma análise qualitativa, conferindo valor ao fenômeno observado.

Na perspectiva quantitativa, o objetivo da tabulação de informações em bancos de dados, comparações e correlações de dados e fatos, conferindo com outras informações gerais do contexto nacional colhidas no processo de pesquisa.

## 4 A EXPERIÊNCIA INOVADORA CRESOL: a aprendizagem desafiadora na construção coletiva com diferentes saberes

O Centro Estadual de Referência em Economia Solidária do Maranhão (CRESOL) representa uma expressão da ação da política pública de economia solidária com viés inovador para o Maranhão e se distingue da maioria dos centros públicos de Economia Solidária, pela ausência de articulação público-privado na gestão compartilhada do CRESOL.

No CRESOL, os Empreendimentos Econômicos Solidários fazem a autogestão do espaço por meio de metodologia de gestão compartilhada, articulando organizações da sociedade civil e poder público, sendo a ação coordenada pela Secretaria Estadual de Trabalho e Economia Solidária (SETRES).

Desse modo, compreende-se que o CRESOL cumpre esse requisito desde sua concepção, pois, ainda na fase de elaboração da proposta nasceu a possibilidade das ações autogestionárias e com a participação popular.

As Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES) realizadas nos anos 2006, 2010 e 2014, respectivamente, inspiraram o processo de elaboração de iniciativas de políticas públicas de Economia Solidária, nas esferas estaduais e federal.

No âmbito estadual, no período de 2006, 2010 e 2014 aconteceram Conferências Estaduais de Economia Solidária, com organizações sociais, empreendimentos solidários, poder público, instituições de apoio e fomento e, movimentos sociais várias regiões.

A Conferência de 2014 promoveu a *construção coletiva* do Plano Estadual de Economia Solidária e os principais sujeitos na elaboração coletiva estavam articulados

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

ao Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão - FEESMA. Ressalta-se que foram esses sujeitos políticos, juntamente com técnicos da SETRES, que elaboraram a versão inicial do Projeto Maranhão Desenvolvido, Mais Justo e Solidário (MDMJS), no qual estava inserido o escopo de criação do Centro Estadual de Referência em Economia Solidária do Maranhão.

Para tanto, gestores públicos, técnicos e empreendimentos econômicos solidários visitaram as experiências de Centros Públicos no Estado da Bahia e da Paraíba, buscando compreender tais situações concretas, avanços e dificuldades, para assim, pensar um modelo de proposta para gestão do CRESOL, aceitando o desafio da experiência inovadora de gestão compartilhada.

Por conseguinte, o Centro Estadual de Referência em Economia Solidária do Maranhão (CRESOL) foi inaugurado em 05 de julho de 2018, numa sede provisória localizada no Centro Histórico de São Luís/MA, que compõe um conjunto de casarões históricos, igrejas, praças, museus e teatros tombados como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 1997.

Instituído por meio do Decreto nº 34.230 em 18 de junho de 2018, através de recursos do Governo Federal e Estadual, de acordo com suas receitas orçamentárias (SETRES, 2018). Conforme Ferreira (2020, p. 203) o CRESOL tem como intuito:

[...] agregar as diversas experiências de empreendimentos econômicos solidários, articular potenciais instituições parceiras e dar visibilidade às experiências, a fim de fomentar uma rede ampliada e consolidada de consumo solidário, que valorize o trabalho associado, autogestionário; agregando, também, valores de uma produção saudável, como práticas agroecológicas, consumo consciente e finanças solidárias.

Na perspectiva da gestão compartilhada e participativa, foi constituído um Comitê Gestor do CRESOL, com o objetivo de ser responsável pela organização, planejamento, monitoramento e avaliação das ações implementadas pela coordenação do CRESOL, tendo o caráter propositivo, consultivo e deliberativo. Essa instância aglutina representantes de empreendimentos solidários, poder público e entidades de fomento à economia solidária, com mandato de um ano (MARANHÃO, 2018).

Este Comitê se reúne mensalmente, convocando a participação de representantes dos EES articulados ao CRESOL, na ocasião, Poder público e Entidade de fomento a Economia Solidária deliberam e direcionam ações

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

estratégicas. Dentro cada pauta, são discutidas as experiências, as avaliações do processo autogestionário, o processo e forma da prestação de contas do mês e as próximas ações e estratégias. Desta forma, as decisões são tomadas coletivamente, através da participação democrática.

Além disso, a participação dos EES acontece por meio de escala mensal de organização do trabalho coletivo, deliberada em reunião os representantes dos EES voluntariamente definem os rodízios semanais para organização e circulação dos produtos de comercialização no âmbito do espaço loja do CRESOL. Existe um Caixa único, com percentuais sobre vendas de produtos e serviços para a formação do Fundo Solidário do CRESOL, parte destinada as despesas administrativas e outra para promoção da Economia Solidária.

Em termos de estrutura física, o CRESOL abrange um ambiente de comercialização e exposição dos produtos, além do Restaurante e Lanchonete, oferecendo alimentação, ambiente de estocagem, sala de reunião, espaço administrativo e um auditório, representando um importante lugar da articulação dos Empreendimentos de Economia Solidária, de Técnicos, Organizações da sociedade civil e Administração Pública.

Esse espaço representa um lugar estratégico para o desenvolvimento de atividades e formação que compõe agenda mensal do CRESOL, escolhido para as duas edições da Semana de Economia Solidária (2018 e 2019), envolvendo mais de 60 empreendimentos, entidades de apoio e voluntários.

Logo, tornou-se um apoio à realização de eventos para o fortalecimento de diferentes artistas e movimentos sociais como: mobilização do Dia Internacional das Mulheres (construção do 8 de março), criação da Rede de Mulheres Negras do Maranhão, Criança e adolescentes, LGBTQIA+, entre outros.

Em 2020, período da pesquisa realizada, existiam 54 (cinquenta e quatro) empreendimentos diretamente articulados ao CRESOL, abrangendo aproximadamente 1.600 famílias diretamente, distribuídas em 35 municípios. Deste total, 43% empreendimentos são localizados na Região Metropolitana de São Luís, que abrange o município de São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, os demais são distribuídos no interior do Maranhão, com total de 57%.

PROMOÇÃO



APOIO

As formas de organização dos EES do CRESOL, são: 56% em associações formais. Embora haja um número significativo de 31% informais, existem aproximadamente 13% de cooperativas.

As atividades desenvolvidas no CRESOL, destacam-se: o artesanato e os trabalhos manuais, com 54%, atividades econômicas ligadas à agricultura familiar (15%), beneficiamento de coco babaçu (15%) e apicultura (7%). As demais somam o percentual de 10%, sendo atividades ligadas a arte e cultura (4%), serviços de alimentação (4%) e reciclagem (2%). Constatou-se que as mulheres representam 95% da força de trabalho dos empreendimentos.

Dentro das atividades econômicas relacionadas à agricultura familiar, enfatiza-se a Feirinha de Agricultura Familiar, em que os agricultores e agricultoras comercializam produtos da horticultura maranhense.

Outra importante iniciativa é a “Quarta Cultural do CRESOL”, espaço que se apresentam artistas locais, valorizando a regionalidade e a identidade maranhense. Essa iniciativa, alavancou atividades artísticas e produtivas, promovendo a cultura e a culinária típica regional.

Portanto, os princípios de Economia Solidária são apreendidos e vivenciados no espaço CRESOL, há valorização do saber popular e da diversidade local e cultural, expondo os elementos típicos da *região maranhense*, atraindo a atenção dos consumidores que buscam uma alimentação saudável e uma vida consciente, do ponto de vista ambiental.

## 5 CONCLUSÃO

O Centro Estadual de Referência em Economia Solidária do Maranhão (CRESOL) representa uma iniciativa inovadora na política pública de economia solidária, porém desafiadora no que tange garantir a participação democrática, diálogo e construção coletiva entre o poder público e os empreendimentos coletivos; de modo que incentive e promova o protagonismo e autonomia desses EES, fortalecendo os princípios, práticas da economia solidária e seu caráter reivindicatório.

### PROMOÇÃO



### APOIO



As atividades realizadas neste no Centro de Referência, são consideradas embrionárias, os sujeitos “apreendem-fazendo”, pois não possuem experiência na gestão de organizações em níveis mais complexo.

Em suma, o CRESOL é um instrumento de convergência entre os vários atores que discutem a estratégia de transformação social e desenvolvimento econômico local. Na medida que se consolida no estado, tende a gerar engajamento da sociedade civil organizada para pautar uma proposta de Lei da Política Estadual de Desenvolvimento da Economia Solidária no intuito geração de trabalho e renda, impactando na redução das desigualdades socioeconômicas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. 1º Plano Nacional de Economia Solidária. 2015. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>> Acesso em 20/02/2020.

CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FERREIRA, Daniela Assis Alves. Normas para desenvolvimento do projeto e da pesquisa do trabalho de curso. Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Belo Horizonte, 2011.

FERREIRA, Nilce Cardoso. Tempos de crise e a relevância da política pública estadual de economia solidária no Brasil: a experiência do estado do Maranhão. 2020.

GALLO, A. R. Empreendimentos econômicos solidários: alternativas organizacionais de (re)inserção social e econômica. 2003. 270 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas. v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

ITS BRASIL. Caderno de Debate: Tecnologia Social no Brasil. São Paulo: ITS. 2004. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br>>. Acesso em: abril. de 2020.

MALHOTRA, Naresh K. Introdução à pesquisa de marketing. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

### PROMOÇÃO



### APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

MARANHÃO. Decreto nº 34.230 em 18 de junho de 2018. Institui o Centro Estadual de Referência em Economia Solidária do Maranhão – CRESOL/MA, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, 2018.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos. In: Trabalho apresentado no III Colóquio Brasil-Itália de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte: INTERCOM, 2003.

SCHIOCHET, Valmor. Economia solidária e políticas públicas institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. Mercado de Trabalho. n. 40, agosto. 2009, p. 55-59.

SETRES. Plano estratégico de gestão compartilhada (versão preliminar). Centro Estadual de Referência em Economia Solidária do Maranhão (CRESOL) Contrato nº 0030/2018. Governo do Estado do Maranhão e a Empresa Entrelaços, Desenvolvimento e Sociedade. São Luís, 2018.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Políticas públicas de economia solidária no BRASIL: avanços, desafios e perspectivas. In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, XI., 2011. Anais...Salvador - UFBA, 2011. p. 1-16.

SILVA, S. P. A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma. [Texto para Discussão, n. 2434], IPEA. 2018. Disponível em <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8929/1/td\\_2434.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8929/1/td_2434.pdf)> Acesso em 20/04/2023.

SILVA, Naira Luan Sousa; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Efeitos do Avanço da Agenda Neoliberal Sobre a Política Nacional de Economia Solidária no Brasil. Revista FSA, v. 19, n. 6, 2022.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1986.

PROMOÇÃO



APOIO

